

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 537.827 - SP (2019/0300106-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : WAGNER PAULO DA COSTA FRANCISCO E OUTROS  
**ADVOGADOS** : WAGNER PAULO DA COSTA FRANCISCO - SP161735  
JOÃO FRANCISCO - SP335081  
REGINA CELIA DE SOUZA LIMA - SP127288  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : KLEBERT DE SOUSA PEREIRA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de KLEBERT DE SOUSA PEREIRA contra decisão monocrática proferida pelo Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que indeferiu o pedido liminar contido na Revisão Criminal n. 0035211-39.2019.8.26.0000.

Depreende-se dos autos que o Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Barueri/SP condenou o paciente, pela prática do crime tipificado no art. 157, § 2º, incisos I e II, do Código Penal, à pena de 6 anos e 5 meses de reclusão, em regime inicial fechado, e multa (e-STJ fls. 56/63).

Inconformados, apelaram o *parquet* e a defesa do ora paciente, tendo a 16ª Câmara Criminal do TJSP, por votação unânime, negado provimento ao apelo da defesa e dado provimento ao recurso do Ministério Público, condenando o corréu Esterfeson, como incurso no artigo 157, §2º, incisos I e II, do Código Penal, à pena de 5 anos e 6 meses de reclusão, no regime inicial fechado, e multa.

O acórdão foi assim ementado (e-STJ fl. 65):

*Apelação. Roubo majorado por emprego de arma de fogo e concurso de agentes. Sentença parcialmente condenatória. Insurgências ministerial defensiva. Autoria e materialidade comprovadas. Acervo probatório documental corroborado pelos depoimentos firmes e coerentes prestados pelas vítimas e por policial civil. Majorantes sobejamente demonstradas. Necessidade de condenação de ambos os réus. Básica no mínimo legal. Reincidência apenas do réu Klebert. Regime*

# Superior Tribunal de Justiça

*inicial fechado para os réus, considerando as peculiaridades do caso concreto. Recurso ministerial provido. Recurso defensivo improvido.*

A defesa interpôs tempestivamente o Recurso Especial, o qual, todavia, foi inadmitido na origem (e-STJ fl. 96).

Após o trânsito em julgado da condenação, a defesa, ainda irresignada, ingressou com pedido de revisão criminal, no qual, liminarmente, requereu a suspensão dos efeitos do acórdão de Apelação, determinando-se a imediata soltura do ora paciente por ausência de prova da autoria.

No entanto, por meio da decisão monocrática do dia 26/9/2019, o Desembargador Relator Figueiredo Gonçalves indeferiu o pedido liminar (e-STJ fls. 97/98).

Daí o presente *habeas corpus*, no qual os impetrantes buscam a absolvição do paciente, pois, na ótica da defesa, a condenação encontra-se baseada na palavra da vítima e no reconhecimento fotográfico do réu, realizado apenas na fase policial; ainda, sustentam patente violação do Enunciado da Súmula n. 444/STJ, a fim de reduzir a reprimenda imposta, bem como o regime prisional.

Pugna, liminarmente, pela suspensão da execução da pena, até o julgamento definitivo deste *writ*, determinando-se a imediata soltura do paciente. No mérito, seja concedida a ordem para determinar a suspensão da execução da pena, até o julgamento do mérito da Revisão Criminal.

É o relatório. **Decido.**

Em que pese o esforço argumentativo da ilustre defesa, o presente *habeas corpus* não merece ser conhecido.

Isso porque é assente a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de não caber *habeas corpus* contra decisão que indefere liminar na origem, na esteira do enunciado da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal, aplicável por analogia, salvo se demonstrada flagrante

ilegalidade.

A propósito:

*PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO DE LIMINAR NA ORIGEM. NÃO CABIMENTO. SUPERAÇÃO DO ENUNCIADO N. 691 DA SÚMULA DO STF. IMPOSSIBILIDADE. ILEGALIDADE OU TERATOLOGIA. INOCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. Não se admite, em princípio, a impetração de habeas corpus contra decisão que denega pedido liminar em sede de writ impetrado na origem, sob pena de se configurar indevida supressão de instância. (Enunciado 691, da Súmula do STF), ressalvadas as decisões teratológicas ou com deficiência de fundamentação, o que não ocorre na hipótese. Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC n. 306.319/CE, Relator Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 09/06/2015, DJe 19/06/2015).*

*PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO LIMINAR DE HABEAS CORPUS. APLICAÇÃO DA SÚMULA 691 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. SUPERVENIÊNCIA DO JULGAMENTO DO MÉRITO DO WRIT ORIGINÁRIO, NO TRIBUNAL DE ORIGEM. PERDA DE OBJETO DO PRÓPRIO WRIT. AGRAVO REGIMENTAL PREJUDICADO.*

*1. Tratando-se de impetração contra decisão monocrática, proferida por Desembargador Relator do Tribunal Estadual, que indeferiu pedido de liminar, em que não se observa teratologia ou falta de fundamentação, não há que ser mitigada a aplicação da Súmula n. 691 do STF.*

*2. Nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e desta Corte, a superveniência de acórdão, apreciando o mérito do writ originário, impetrado em 2º Grau, torna prejudicada a análise do habeas corpus, impetrado neste Superior Tribunal de Justiça.*

*3. Prejudicado o agravo regimental, em face da perda superveniente de objeto deste writ, pelo julgamento do habeas corpus na origem.*

*4. Agravo Regimental prejudicado. (AgRg no HC n. 288.056/SP, Relator Ministro NEFI CORDEIRO, Sexta Turma, julgado em 12/05/2015, DJe 26/05/2015).*

Inclusive, mais especificamente ao caso concreto, também é

# Superior Tribunal de Justiça

assente a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de não ser "cabível a impetração de *habeas corpus*, contra decisão que indefere liminar em revisão criminal, ante a aplicação por analogia do óbice previsto na Súmula 691/STF. 2. O ajuizamento da revisão criminal não obsta a execução da sentença condenatória, tendo em vista a ausência de efeito suspensivo" (AgRg no HC 391.687/PR, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 26/04/2017).

Em situações excepcionais, entretanto, como forma de garantir a efetividade da prestação jurisdicional nas situações de urgência, uma vez constatada a existência de flagrante ilegalidade, abuso de poder ou teratologia, é possível a superação do mencionado enunciado sumular (HC n. 318.415/SP, de minha relatoria, Quinta Turma, julgado em 4/8/2015, DJe 12/8/2015).

Com efeito, conforme se observa dos autos, a decisão que indeferiu o pedido liminar na origem não ostenta ilegalidade evidente e apta a desafiar controle antecipado por este Superior Tribunal, pois, numa análise própria do pedido liminar, encontra-se suficientemente fundamentada, *in verbis* (e-STJ fls. 97/98):

*" O peticionário foi condenado perante o Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Barueri à pena de 6 anos e 5 meses de reclusão, em regime fechado, c pagamento de 15 dias-multa, como incurso no artigo 157, §2º, incisos I e II, do Código Penal, sendo o correu Estcferson Santos da Silva absolvido com fundamento no artigo 386, VII, do CPP (fls. 70-77). Inconformados, apelaram o promotor de justiça e o peticionário, tendo a 16ª Colenda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça, por votação unânime, negado provimento ao apelo da defesa e dado provimento ao recurso do Ministério Público, para condenar o correu Esterfeson, como incurso no artigo 157, §2º, incisos I e II. do Código Penal, a 5 anos e 6 meses de reclusão, no regime inicial fechado, mais o pagamento de 13 dias-multa (fls. 82-91).*

*O v. acórdão transitou em julgado (fl. 96).*

*Agora, através do presente pedido, pleiteia a revisão do processo, requerendo a concessão liminar para suspender os efeitos do v. acórdão rescindendo, até final decisão da presente revisão, determinando-se a imediata soltura por ausência de*

# Superior Tribunal de Justiça

*prova da autoria (fls. 2-29).*

*Os argumentos postos na inicial dizem respeito ao mérito do pedido revisional e, portanto, serão oportunamente apreciados.*

***O deferimento de liminar, em pedido de revisão criminal somente pode ocorrer em situações excepcionais, em face de evidente constrangimento ilegal que a justificasse, porque, sequer, é de natureza do rito procedimental previsto para esta ação.***

***Ademais disso, havendo decisão com trânsito em julgado e que, para tanto, foi objeto de julgamento nesta instância, onde se apreciou o recurso do ora peticionário contra a sentença condenatória, não cabe, neste momento, deferir-se a liminar para suspender, ainda que parcialmente, o que foi decidido no processo.***

*Assim, indefiro o pedido de liminar E, intimando o defensor do peticionário, remetam-se os autos à Egg. Procuradoria Geral de Justiça." - grifei.*

A análise perfunctória do pequeno conjunto probatório carreado aos autos pela impetrante não evidencia a ocorrência de constrangimento ilegal hábil a permitir a concessão da ordem de ofício.

É certo que questões suscitadas pela defesa do paciente serão tratadas naquele mandamus por ocasião do julgamento de mérito, sem o qual esta Corte fica impedida de apreciar o alegado constrangimento ilegal, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e incidir em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

Além disso, esta Corte Superior possui assente jurisprudência no sentido de que *o habeas corpus não se presta a reconhecer a ausência, ou não, de elementos de autoria e materialidade delitiva, pois demanda aprofundado reexame do conjunto fático-probatório, inviável na via eleita* (AgRg no HC 521.937/RS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Sexta Turma, julgado em 5/9/2019, DJe de 17/9/2019).

Em conclusão, entendo não configurada hipótese excepcional de flagrante ilegalidade que justifique a superação da Súmula n. 691 do

# *Superior Tribunal de Justiça*

Supremo Tribunal Federal, resultando incabível a presente impetração.

Ante o exposto com base no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Intime-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator

